

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 051

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado) - Nelson Tureck; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
16 DE MAIO DE 2000**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 822**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 567/99, relativo à Mensagem Governamental nº 019/99, que dispõe sobre alterações nas leis que tratam do PARANACIDADE, PARANAEDUCAÇÃO e ECOPARANÁ.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 829**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido o Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 141/2000, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a implantar o salário mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) no Estado do Paraná.

Por se tratar de matéria constitucional, cuja lei federal foi aprovada pelo Congresso Nacional, e pela urgência de sua entrada em vigor, espero contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) TONY GARCIA

**REQUERIMENTO Nº 836**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto nº 133/2000, de minha autoria, que institui o Programa Estadual de Recomposição de Passivos Fiscais, no Paraná.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

**REQUERIMENTO Nº 834**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, uso da palavra na Sessão Plenária do dia 17 de maio de 2000, da senhora Elizabete Maria Rusche, presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná - AFFEP, com a finalidade de explanar aos senhores deputados sobre a situação de sua categoria junto ao Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) RICARDO MAIA

**REQUERIMENTO Nº 814**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar para a família do senhor Sebastião Evaristo de Oliveira, falecido no último dia 04 de maio, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 815**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar para a família do senhor Felipe Carneiro dos Santos, falecido no último dia 15 de maio, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 816**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar para a família do jovem João Jeferson Vieira, falecido no último dia 13 de maio, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 827**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Sgoda, pelo falecimento da senhora Helena Ceccon Sgoda, ocorrido no dia 11 de maio do corrente ano, no município de Colombo.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família da senhora Ilda Mocelin Coradin, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Presidente Faria, nº 1450, Colônia Faria, CEP: 83.411-050, município de Colombo-PR.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

**REQUERIMENTO Nº 828**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Goinski, pelo falecimento da senhora Thereza Graboski Goinski, ocorrido no dia 11 de maio do corrente ano, no município de Almirante Tamandaré-PR.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

**REQUERIMENTO Nº 835**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da

sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Fernando Ravaneda, ocorrido no último dia 14 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada a viúva senhora Odete Calimã Ravaneda, Rua Bela Vista, 96, CEP: 86820-000, Califórnia-PR.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 810**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações ao senhor Valter Pitol, presidente da Copacol, pela realização da Café Tech Show, no município de Jesuítas.

Requer ainda que do presente se dê ciência a senhora Maura Carrara, gerente do Entrepósito da Cooperativa no município de Jesuítas, nos seguintes endereços: Copacol - Avenida Desembargador Munhoz de Melo, 1760, Cafelândia-PR, CEP: 85415-000. Entrepósito de Jesuítas, PR-279, Km 111, Jesuítas-PR, CEP: 85835-000.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

A Copacol, a prefeitura municipal de Jesuítas juntamente com a Emater realizou entre os dias 12 e 14 de maio deste ano, a 1ª Café Tech Show, na cidade de Jesuítas.

As palestras reuniram aproximadamente 4.000 agricultores.

Assuntos como o plano de revitalização da cafeicultura paranaense que já possuem resultados que garantem o Café Qualidade Paraná, foram amplamente discutidos entre os presentes.

A partir deste evento, ficaram fortalecidos o relacionamento de parcerias, estabelecendo maior competitividade e rentabilidade, definindo novas tecnologias para a promoção do agronegócio-café.

O diretor do departamento de Café do Ministério da Agricultura, doutor Roberto Gonçalves de Abreu, também esteve presente e ficou entusiasmado com a importância do evento.

Desta forma gostaríamos de homenagear o presidente da Copacol, senhor Valter Pitol a gerente do Entrepósito no município de Jesuítas, senhora Maura Carrara, em nome da sua diretoria, da prefeitura municipal e da Emater, que de alguma forma ajudaram a realização do evento, abrillantando-o e divulgando o município de Jesuítas para todo o Estado e também para o país.

**REQUERIMENTO Nº 811**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta

sessão, votos de congratulações e aplausos ao município de Jesuítas pela passagem, no dia 12 de maio, do seu 20º aniversário de emancipação política.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo senhor Francisco Rodrigues da Silva, prefeito municipal, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa e profícua população de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações à prefeitura municipal de Iracema do Oeste, pelo Encontro do Meio Ambiente, realizado no último dia 12 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito municipal senhor Lourival Bernardino, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Professor Vieira Alencar, 441 - Iracema do Oeste - PR, CEP 85833-000.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais desta sessão, votos de congratulações e aplausos ao município de Vila Alta pela passagem, no dia 12 de maio, do seu aniversário de emancipação política.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo senhor Marcos de Paula Faria, prefeito municipal, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa e profícua população de Vila Alta.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 818

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações e aplausos ao município de Turvo, pelo transcurso em 12 de maio de 2000, de seus 18 (dezoito) anos de emancipação política.

Sala das sessões, em 16.05.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A grande extensão, a excelente produção agrícola e pecuária e o interesse dos moradores que formaram entre

os pioneiros do centro-oeste paranaense, basilaram todo o processo social e político da emancipação do Turvo, que tem justificado plenamente o movimento que o originou.

Pela expressão regional e estadual, merece o povo de Turvo a homenagem ora proposta para a qual buscamos angariar a simpatia e o apoio unânime dos nobres Pares do Legislativo.

#### REQUERIMENTO Nº 819

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações e aplausos ao município de Cantagalo, pelo transcurso em 12 de maio de 2000, de seus 18 (dezoito) anos de emancipação política.

Sala das sessões, em 16.05.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O município resultou da emancipação de áreas do município de Guarapuava. Seus pioneiros sustentaram dura e prolongada luta para alcançar essa vitória, que vem se consolidando ano a ano com sua expressiva produção agrícola e pecuária.

Merece o seu povo, a homenagem proposta, para o qual contamos com o apoio dos ilustres Pares e sua participação pelo voto unânime ao pedido.

#### REQUERIMENTO Nº 820

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações e aplausos ao município de Nova Laranjeiras, pelo transcurso em 16 de maio de 2000, de seus 10 (dezoito) anos de emancipação política.

Sala das sessões, em 16.05.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Seus pioneiros sustentaram dura e prolongada luta para alcançar esta vitória, que vem se consolidando ano a ano com sua expressiva produção agrícola e pecuária.

Apesar das grandes dificuldades impostas pela situação econômica geral do País, o povo novolaranjeirense tem mantido a posição de importância do município, justificando a homenagem ora proposta, para a qual, respeitosamente, convocamos os ilustres membros do Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao promotor de Justiça da Promotoria de Investigações Criminais (PIC), doutor Vani Bueno, pela pronta resposta às notícias veiculadas na imprensa, em relação as suspei-

tas de envolvimento do senhor deputado Anibal Khury com o crime organizado, inocentando o nosso querido e lembrado deputado de qualquer acusação.

Lembramos que a história do Poder Judiciário e do Ministério Público paranaense, guardam profundas semelhanças com a vida política do deputado Anibal Khury, principalmente no tocante a defesa dos direitos e da cidadania. Formados por cidadãos íntegros, muitas vezes de origem humilde, através de seus próprios méritos e brilhantismo, galgaram carreiras e posições de destaque, contribuindo com a formação do povo paranaense.

Requer, também, o envio da decisão desta Casa ao Excelentíssimo senhor procurador geral da Justiça, doutor Marco Antonio Teixeira.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que a Casa oficie o Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, senhor Heinz Georg Herwig, solicitando a conservação e a sinalização horizontal das rodovias estaduais abaixo relacionadas.

- a) de Sertãoópolis a Bela Vista do Paraíso;
- b) de Bela Vista do Paraíso à Alvorada do Sul; e,
- c) de Alvorada do Sul a Porto Capim.

O pedido se fundamenta em razão de que ao longo dos trechos acima descritos existem inúmeros buracos no pavimento, ausência de sinalização horizontal (faixas centrais e laterais), dificultando de maneira excessiva a condução de veículos, principalmente à noite e em dias de pouca visibilidade (chuva ou neblina). A ausência de sinalização, e os buracos diminuem sensivelmente à segurança dos motoristas e passageiros.

Destaca-se ainda, como motivos que ensejaram o presene pedido, o grande número de estudantes que utilizam esta rodovia, todas as noites, para frequentarem escolas, universidades, em Londrina, Cornélio Procopio e Presidente Prudente - SP, além das pessoas que trabalham nas cidades mencionadas e retornam para suas cidades de residência. cidadãos que estão clamando por providências urgentes.

Sala das Sessões, em 16.05.2000

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 826

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que a Casa oficie a Excelentíssima secretária de Estado da Educação, senhora Alcyone Vasconcelos Saliba, solicitando informações a respeito de um documento enviado aos diretores e chefes de núcleo, denominado “Minuta

Notes”, advertindo sobre a proibição de menores se manifestarem, conforme cópia do documento anexo.

O pedido se fundamenta por ser um ato que limita um direito constitucional e fundamental de todo cidadão. Ameaçando autoridades administrativas, no sentido de proibirem manifestações com adolescentes, utilizando para isso inclusive tipos penais.

Sala de Sessões, em 16.05.2000.

(a) ANGELO VANHONI

#### MINUTA NOTES

Curitiba, 09.05.2000.

Senhor(a) chefe:

Temos conhecimento de que alguns diretores de estabelecimentos da rede oficial de ensino pretendem efetivar passeatas com professores e, inclusive, com a participação de alunos, em apoio ao movimento da APP-Sindicato, sobre a adoção de aulas de 30 minutos e a paralisação dos trabalhos a partir de 23 de maio.

Requisitamos a Vossa Senhoria que repasse aos diretores da área de sua jurisdição que, tanto a redução do horário de aulas como a participação de alunos menores são proibidos, pois ferem o artigo 44, inciso I, da Lei Federal nº 9.394/9 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que dispõe sobre a carga mínima anual de 800 horas de aula e o artigo 232, da Lei Federal nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, que menciona: “submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou constrangimento”.

Assim, caso confirmado tal procedimento deverá Vossa Senhoria comunicar a esta Diretoria Geral, para as sanções administrativas cabíveis, e ao Juizado de Menores, Ministério Público e Conselho tutelar, para as providências na esfera judicial.

Atenciosamente

(a) SONIA LOYOLA

Diretora Geral

#### REQUERIMENTO Nº 831

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A, no sentido de atender o pedido do senhor Antonio Pessin, residente à Rua Vereador Wadislau Bugalski nº 16 - Jardim São Carlos - Município de Almirante Tamandaré, que pede a implantação de um aparelho telefônico público em frente à sua residência, local onde funciona o comércio de bebidas São Carlos. Por trata-se de um ponto comercial, o local é apropriado para a implantação do telefone, que será de grande valia para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Vila 1º de Setembro - Bairro Caximba, após às 21h. O local não oferece segurança e tem servido de ponto de consumo de drogas. A população encontra-se muito apreensiva e pede urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 833

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando estudos objetivando a reestruturação e ampliação do Poder Judiciário de Cascavel, criando uma Seção Judiciária, um Juiz Substituto, duas Varas Cíveis, uma Vara Criminal.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) EDGAR BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente, senhores deputados.

Tem o presente a finalidade de solicitar ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a realização de estudos objetivando a reestruturar e ampliar o Poder Judiciário de Cascavel, de forma a ensejar melhorias no atendimento às demandas judiciais da cidade, haja vista o seu crescimento populacional hoje estimado em mais de 300 habitantes.

Não existem de que o quadro de violência que atinge o campo e as cidades no Brasil, especialmente as regiões metropolitanas, resulta de uma sociedade em que 52,9% dos seus trabalhadores ganham menos de dois salários mínimos, onde a taxa de analfabetismo é altíssima, existem 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando e onde apenas 3% ganha mais de 20 salários mínimos. Existe referência de que mais de 35 milhões de pessoas não possui renda suficiente para adquirir a quantidade de comida para alimentar-se corretamente.

O quadro de violência se compõe no mínimo do estrato da miséria de grande parte da população, incluindo a grave crise agrária ou então é fruto do aparelho de Estado a serviço do autoritarismo, que busca comprimir as demandas sociais numa espécie de cerca formada por armas de fogo e por imagens subjetivas montadas pela mídia jornalística e televisa. Cria-se, então, todo um leque de preconceitos, para justificar o isolamento, a repressão e a exibição de poder não apenas dos segmentos segregados, mas para intimidar o conjunto da população. Procuram medidas com o objetivo de amedrontar os militantes sociais e políticos e reprimir as camadas mais empobrecidas e exploradas do povo, garantindo assim os privilégios das minorias.

O Estado, além disso deteriorou-se na prática da corrupção. A impunidade aos chamados crimes de colar-

inho branco difundiu e incentivou a idéia de que o Estado nem está interessado em punir as transgressões praticadas pelas elites dominantes, nem está capacitado para isso. Foi nesse contexto que se sedimentaram os grupos armados, sustentados pelos apologistas do extermínio, recrutados sobretudo no aparelho policial, justificados pelas concepções conservadoras e toleradas pelas parcelas da sociedade que se sentem mais ameaçadas.

Nesse quadro, a violência se alastra e cria a situação de enfrentamento, no qual todos acabamos por nos ver envolvidos - porque o crime organizado cresce para além dos grupos de extermínio e evidencia-se em práticas com o tráfico de influência nos presídios, a comercialização de armas e drogas em escala cada vez maior e a indústria dos seqüestros.

O judiciário é o caminho de promoção da Justiça Social. É preciso, pois, melhorar e ampliar os órgãos judiciários, sobretudo em grandes centros como é hoje a cidade de Cascavel.

#### REQUERIMENTO Nº 821

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor secretário de Transportes, doutor Heinz Herwig, solicitando seja cumprida cláusula contratual da concessionária Viapar no sentido de que sejam instalados radares eletrônicos (pardais) no perímetro urbano da BR-376, trecho Maringá/Sarandi.

Conforme informações do próprio DER é da competência das concessionárias, nos trechos pedagógicos, a instalação de sinalização, e o trecho da BR-376, perímetro urbano, é palco de inúmeros acidentes por falta de sinalização adequada, uma vez que os quebra-molas, ao invés de prevenir, cooperam para que os acidentes aconteçam pois geram engarrafamento.

Sala das sessões, em 16.05.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Cria no âmbito do Poder Legislativo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por 07 (sete) membros e com prazo de duração de 120 dias para apurar irregularidades na transação realizada entre Sercomtel, Prefeitura Municipal de Londrina, Banco FonteCindam e Copel, no valor de R\$186.486.000,00 (cento e oitenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil reais), em conformidade com o Artigo 122, § 2º, inciso III do Regimento Interno.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor dentro de quarenta e oito horas de sua aprovação conforme o Artigo 123 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Nereu Moura, Antonio Annibelli, Péricles Mello, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Hermes Fonseca e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa instalar no âmbito do Poder Legislativo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar e apurar irregularidades na transação realizada entre Sercomtel, Prefeitura Municipal de Londrina, Banco FonteCindam e Copel.

Esta resolução se faz necessária para que possa funcionar concomitantemente às demais Comissões Parlamentares, já constituídas neste Parlamento, tendo base regimental e constitucional, por tratar-se de matéria de grande importância para o Estado do Paraná, pelos atuais fatos deflagrados junto à administração municipal de Londrina, relatados e difundidos nos meios de comunicação Estadual e Nacional.

Diante do exposto, não podemos nos calar pela importância do assunto, uma vez que o governo do Estado do Paraná através da Copel; participou de forma direta das transações que originaram as irregularidades na Prefeitura de Londrina, e ainda tendo como base o requerimento de instalação da CPI que tratava do mesmo assunto, uma vez aprovado em 20 de maio de 1999, constituída por esta Casa em 24 de maio de 1999, e posteriormente tornada sem efeito em razão da retirada de algumas assinaturas do requerimento original.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 150/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam impedidos, os órgãos da Administração Direta e Indireta, de emitir ordem de serviço para iniciar novas obras, antes do término das que estão em execução, e antes que os municípios tenham recebido as verbas, retidas pela administração estadual, dos convênios firmados anteriormente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

É público e notório o elevado número de obras que vem sendo realizadas pela Administração Pública, absorvendo grande parte dos recursos financeiros do Estado.

Restringindo-nos apenas à capital do Estado, para fins de exemplo, podemos observar a diversidade das obras em execução, bem como o início de outras novas, gerando um ciclo potencial de absorção de receitas, refletindo diretamente no cronograma de repasse de verbas e convênios com os municípios.

Todavia, igualmente explícita é a terrível situação financeira que enfrentam os municípios, absolutamente desprovidos de recursos, impedidos muitas vezes de dar continuidade a prestação de serviços básicos às suas comunidades.

Nos deparamos com uma situação irônica e injusta. O município não recebe a verba proveniente do convênio firmado com o Estado, que lhe é devida; logo, a escassez de recursos gera o colapso na prestação de serviços, embora o município possua verba para receber do Estado.

A proposição deste projeto é inspirada num critério de justiça, objetivando refrear a emissão de ordens de serviço para início de novas obras, primando pela execução das que estão em desenvolvimento e minorando parte dos problemas enfrentados pelos municípios, pois nada mais justo que a administração pública quite primeiro suas dívidas, para posteriormente aplicar suas verbas nas obras que julgar necessárias.

Sendo assim, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 151/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa da Criança de Cornélio Procópio, com sede e foro no município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A Casa da Criança de Cornélio Procópio foi fundada em 1956 por iniciativa do então juiz de Direito da comarca, doutor Aldo Fernandes que por muito tempo foi seu dirigente maior.

Posteriormente ao eminente cidadão doutor Aldo Fernandes, a Casa da Criança dependeu até 1994 do altruísmo da família Ducci capitaneada por Pillade Ducci (de saudosa memória) e depois por seu irmão, Antonio Ducci.

A partir de outubro de 1994, assumiu a responsabilidade da instituição, a Igreja Presbiteriana de Cornélio Procópio, com a elaboração de novos estatutos, dirigindo-a até os dias de hoje.

É, portanto, de justiça, reconhecer de Utilidade Pública estadual a Casa da Criança de Cornélio Procópio,

talvez a mais antiga instituição assistencial e de promoção humana do município de Cornélio Procopio.

## PROJETO DE LEI Nº 152/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao doutor Ingo Frederico Arthur Germer.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

Ingo Frederico Arthur Germer que durante toda sua existência, dedicou ao Estado do Paraná todo o seu entusiasmo, quer como empresário, quer como cidadão, dando sua colaboração aos menos favorecidos pela sorte, colaborando com diversas entidades filantrópicas e com a sociedade paranaense, como um todo.

Assim sendo, estamos apresentando o presente projeto de lei, que como bem mostra a publicação em anexo, fará justiça ao doutor Ingo Frederico Arthur Germer.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Moysés Leônidas.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente e senhores deputados.

Na semana passada colocamos aqui a nossa preocupação com relação ao desfecho pelo trabalho feito pelo Ministério Público, em Londrina, que culminou ontem com a decretação pelo juiz de uma das Varas Cíveis de Londrina, pedindo o afastamento do prefeito Antonio Belinati por tempo determinado: 120 dias.

Quero dizer que é com profunda tristeza que tenho que fazer esse pronunciamento já que sempre nutri pelo prefeito Antonio Belinati, uma amizade que transcedeu em determinadas épocas uma relação não só meramente política, mas também até afetiva, e não poderia deixar de consignar aqui e falar que é um processo de amadurecimento da própria comunidade e do povo de Londrina e, em especial da sociedade civil organizada.

Acho que serve de lição, sobretudo para todos os homens, inclusive os de boa fé dentro da administração pública, porque o Brasil vive um novo momento. O prefeito Antonio Belinati, assim como o nosso companheiro Antonio Carlos, a própria vice-governadora Emilia Belinati, não precisam de defensores aqui, de advogados aqui, porque os tem e fazem com competência.

Mas acho que do ponto de vista político há de se fazer realmente algumas considerações. Primeiro, o

grosso da comunidade londrinense hoje, com quem pude falar, noticiando de que alguns deputados aqui, que formam o Bloco de Oposição irão amanhã em Londrina. Acho extemporânea a ida da Assembléia Legislativa lá, porque depois de decretado o afastamento, legal ou não, do ponto de vista legal o juiz atendeu o pedido. Acho que é extemporâneo a ida de deputados da Oposição lá. A expressão usada é assim: "Depois que o leão está morto, agora não adianta vir a Assembléia Legislativa aqui".

Então faço até um alerta aos companheiros bem intencionados neste sentido, porque este momento talvez não seja o melhor, já que está *sub judice* e, também bem encaminhado com a questão já do afastamento decretado.

Um outro aspecto, que quero aqui deixar também a minha preocupação já que é fruto de informações recebidas da cidade de Londrina.

Primeiro: Estou completando algumas décadas, quase 03 décadas, já que me formei muito cedo na Advocacia, como advogado militante, trabalhando no Fórum de Londrina, na região e conhecendo também aqui o Tribunal.

Militei, conheço, conheci os juízes que passaram por Londrina, que terminaram carreiras brilhantes como desembargadores. Conheço toda a vida forense do Paraná.

Sinto-me até na condição não só de deputado de Londrina mas como autoridade até me outorgada pelo povo de Londrina, de fazer essa colocação e preocupação que não é minha, é da maioria absoluta das pessoas lúcidas com quem conversei hoje.

Corre na cidade de Londrina, um forte boato, e nós não damos razão ao apócrifo e nem a boataria, mas há que pelo menos prevenir porque onde há fumaça, há fogo, de que estaria tudo acertado com o Tribunal de Justiça, para derrubar a medida feita pelo juiz Luiz Sato, na cidade de Londrina, para revogar a medida decretada ontem por ele.

Quero dizer que não acredito, que confio no Tribunal de Justiça que vive inclusive, até um novo momento sob uma nova direção, de que estou consignando aqui essa preocupação exatamente para poder voltar amanhã a Londrina, que pretendo estar lá amanhã à noite, de cabeça erguida e defendendo o Judiciário, de que o Judiciário, assim como não julga por suposição, assim como não atende o que não está nos autos, quero crer da firmeza, da responsabilidade, sobretudo para com a comunidade de Londrina, para a comunidade civil, organizada, para o povo do Paraná e para o Brasil de que temos que ter confiança na decisão justa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Quero dizer mais, senhor presidente, aprendi já na vida acadêmica, deputado Rossoni, que a Justiça tem que ser cega. Em tempos anteriores, diziam que a Justiça não era cega e sobretudo era surda, e ela não pode ser muda, a voz do povo é a voz de Deus.

Então, estou aqui consignando, me reservando o direito de voltar a falar sobre essa matéria, mas dizer



que é boataria implantar contra a decisão do Tribunal de Justiça que nem sequer veio para cá, na cidade de Londrina, é boataria, não é correta e sobretudo se nós não confiarmos na Justiça aí vamos perder realmente a esperança de fazermos esse País, o País democrático que fizemos.

E para terminar, senhor presidente, decisão de Justiça foi o tempo em que a gente dizia que acata, não, cidadão livre num País independente e democrático contém essa decisão judiciária, pode até cumprir, mas o direito nosso de contestar de não acreditar e de não concordar, deve ser livre, e a nossa expressão também.

Então quero parabenizar não só o Ministério Público de Londrina, como a decisão judicial, independente do sentimento pessoal com a família Belinati, mas quero dizer que é um processo de amadurecimento por que passa o Brasil e que nós devemos entrar nesse terceiro milênio, pelo menos tirando esse carimbo nefasto da vida nacional, que somos um País da impunidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

As Câmaras Municipais de Vereadores, talvez uma sensibilidade mais perto das escolas públicas do Estado do Paraná, estão mobilizadas há mais tempo do que esta Casa, com referência a um assunto de alta preocupação a todos nós, que é o indicativo de greve já tirada pela APP Sindicato, com referência aos professores do Estado do Paraná.

Diversos municípios do nosso Estado já estão sem aulas, e a grande maioria dos colégios do Paraná já diminuiu o tempo de aula dada aos alunos, demonstrando a insatisfação do professorado paranaense, no que diz respeito à qualidade do nosso ensino e reposição salarial.

E nós estamos fazendo ouvidos moucos a isto. Pouca coisa se fala, quando se lê alguma coisa na imprensa oficial por parte do governo, ouve-se da secretária de Educação, declaração e que aulas não dadas serão aulas descontadas do salário já parco e pouco dos professores. E quero registrar aqui, senhor presidente, senhores parlamentares, um ofício encaminhado pela unanimidade dos vereadores do município de Dois Vizinhos, dando apoio a todas as reivindicações dos professores do Estado do Paraná, e apoio irrestrito às decisões deliberadas em assembleias da classe dos profissionais da área de educação do Estado do Paraná.

Estes movimentos das Câmaras Municipais de Vereadores, senhores deputados, vai atropelar uma participação da Assembleia Legislativa nesse impasse.

Nós estaremos vivendo, já na próxima semana, greve estadual de professores, pela insensibilidade da secretaria em conversar, em dialogar e em estender de que não se resolve movimento de classe sem conversação, sem diálogo e sem busca de solução, lado a lado.

Fui, senhor presidente e senhores parlamentares, Líder do Governo no governo de hoje, senador Álvaro Dias, quando enfrentamos, talvez a greve de professores mais longa do Estado do Paraná e esta greve teve conversações, teve encerramento de conversações, teve radicalização de lado a lado e só voltou a ter solução quando entendemos que a radicalização não nos levaria a nada, e eu recorro que na época, formamos uma comissão quadripartite, formada por professores, por pais de professores, governo e estudantes, na busca de uma solução para podermos dar continuidade ao ensino no Estado do Paraná.

Fica aqui o alerta: não é com radicalização, ameaçando desconto de salário de professor, que vai resolver o problema e quero ler aqui, para que tenhamos conhecimento, da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, que aprovou a seguinte moção.

(Lê):

“Câmara Municipal de Dois Vizinhos, Dois Vizinhos, em 10.05.2000.

Do vereador Claudir P. Pedroso, ao deputado estadual Caíto Quintana, assunto: encaminhamento faz.

Senhor deputado, através do presente, estou encaminhando a Vossa Excelência, cópia de Ofício nº 1080/2000 e Moção de Apoio nº 001/05/2000, de minha iniciativa, com o endosso dos demais vereadores na 13ª sessão ordinária, desta Casa de Leis, realizada no dia 09 de maio deste, com relação à mobilização dos professores estaduais do Paraná.

Outrossim, informamos que o referido ofício foi encaminhado ao senhor Jaime Lerner, governador do Estado, e à senhora Alcione Saliba, secretária de Educação do Estado do Paraná.

Salientamos, ainda, da possibilidade da leitura dos mesmos na sessão desse Poder, e vosso apoio e defesa da classe dos professores quanto as suas reivindicações.

Na oportunidade, renovo expressões de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) Claudir P. Pedroso (Nego Pedroso) - vice-presidente - vereador do PMDB.

Moção de Apoio 001.05/2000.

A Câmara Municipal de Vereadores de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, em decisão soberana da 13ª sessão ordinária desta Casa de Leis, resolve manifestar:

a) Apoio a todas as reivindicações dos professores do Estado do Paraná;

b) Apoio irrestrito as decisões deliberadas em assembléia da classe dos profissionais da área da educação do Estado do Paraná.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Vereadores aos nove dias do mês de maio de dois mil.

(aa) Luiz Volmir de Azevedo - PPS, Claudir P. Pedroso - PMDB, José G. Favetti - PT, Célio Vital Gal Van - PPB, Flávio A. Galeazzi - PSDB, Gilmar Gusso - PMDB, Luiz Carlos Turatto - PSDB, Juliane Maffissoni - PSDB, Paulo C. Pin - PDT, Paulo R. Meimberg - PFL, Tadeu José Zanella - PMDB, Remi Mário Calgarotto - PT.

Ofício nº 1080/2000, da Câmara Municipal de Vereadores, ao governo estadual do Paraná, assunto: solicitação faz,

Senhor governador:

Atendendo ao requerimento verbal de iniciativa do vereador Claudir Pinto Pedroso, durante a 13ª sessão ordinária desta Casa de Leis e com o endosso de todos os vereadores presentes, vimos através deste, manifestar-se solidário as reivindicações dos professores estaduais e solicitar a Vossa Excelência que negocie com maturidade e respeito aos profissionais evitando, assim uma paralisação total das atividades escolares.

Destarte, aproveitamos a oportunidade para reiterar expressões de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, vereadores proponentes:

(aa) Luiz Volmir de Azevedo - PPS, Claudir P. Pedroso - PMDB, Paulo R. Meimberg - PFL, Paulo Pin - PDT, José L. G. Favetti, PT, Remim Calgarotto - PT, Juliane M. Maffissoni, PSDB, Flavio A. Galeazzi - PSDB, Luiz Carlos Turatto - PSDB, Gilmar A. Gusso - PMDB, Tadeu J. Zanella - PMDB e Célio V. Galvan - PPB.

Ofício 20/2000, Francisco Beltrão em 15.05.2000.

Excelentíssimo senhor, Luiz Carlos Caíto Quintana, M.D. deputado estadual, Curitiba -PR.

E, assembléia realizada no dia 13.05.2000 o município de Pranchita, as Câmaras Municipais de Pérola do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, Capanema, Realeza, Planalto e Bela Vista da Caróba, apresentaram Moção nº 01/2000, a qual foi votada e aprovada por unanimidade, reivindicando apoio de Vossa Excelência, conforme cópia em anexo.

Certos de seu total empenho, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

(a) NERY MIOLA - Presidente  
MARLEI T. SILVA - Secretária

“Moção nº 01100

Ao senhor

Nery Miola

Presidente da Acamsop/13

As Câmaras de Vereadores abaixo assinadas, representadas pelos seus presidentes, vêm através desta solicitar a Acamsop/13, para que encaminhe expediente aos deputados estaduais do Paraná, no sentido de aprovarem o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos trabalhadores em Educação.

Pérola D'Oeste, 11 de maio de 2000.

JUSTIFICATIVA:

A presente moção que apresentamos, traz os anseios dos cidadãos paranaenses. Tomamos a liberdade de usar o nome de todos, pois sabemos que o mérito da questão envolve a todos, indistintamente. Pedimos que os senhores deputados do Paraná, independente de sigla partidária, aprovem o PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários) dos trabalhadores em Educação no Paraná.

Poderíamos restringir o pedido somente àqueles que receberam o apoio da população sudoestina, no entanto, estendemos o pedido a todos pois a questão é do Paraná.

Nos dias em que vivemos onde a violência, a corrupção, o desânimo, o descrédito toma conta da sociedade, mais do que nunca, senhores deputados, olhem para a Educação do Paraná. Olhar para ela significa olhar para os trabalhadores em Educação, dar a eles a segurança, os direitos garantidos, as perdas salariais, em resumo o PCCS. Senhores deputados, temos a certeza que a aprovação do mesmo, seria atender os anseios das famílias, fortalecer a cidadania dos jovens paranaenses que tanto necessitam para poder sonhar com um mundo mais fraterno, mais justo.

Acreditamos que a justiça começa na Educação. A maior obra de um governo, de um político hoje é investir na construção do cidadão. Sabemos das lutas de vocês e estaremos juntos com filhos e as famílias do Paraná aplaudindo-os no momento da aprovação do PCCS.”

Portanto, senhores parlamentares, vamos abrir, a partir de agora, a discussão da questão educacional em nosso Estado. Vamos por as razões da Situação e da Oposição, as condições do governo, mas, acima de tudo, não vamos ignorar esse problema que, sem dúvida alguma, vai acabar em uma grande greve geral a partir da semana que vem, se tratarmos com descaso um assunto de tamanha importância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, visitantes que hoje comparecem a esta Casa para acompanhamento dos nossos trabalhos, evidentemente que nenhum de nós gostaria de usar desta tribuna para fazer pronunciamento que já fiz no passado, confesso, senhor presidente, constrangido, e até, numa situação pessoal de desconforto, porque a partir do momento em que você sai do campo

das idéias, das propostas, sai do campo do combate às irregularidades na administração, mas enquanto ela não tem uma face para nominar e para apontar, é fácil usar a tribuna.

Mas, quando você usa desta tribuna enquanto parlamentar e aponta responsáveis por desvio público, ou melhor, por desvios e falcaturas públicas, é mais difícil.

Londrina, a segunda cidade do Estado do Paraná, terceira do Sul, a capital política do nosso Estado, foi a cidade da resistência ao período autoritário que este País viveu, e de Londrina, saíram as melhores lideranças que se posicionaram pelo estado de direito, pela volta ao estado democrático. Produziu figuras brilhantes e de influência no cenário nacional como Amauri Silva, ex-ministro do Trabalho, como José Richa, ex-governador, senador, deputado federal, como Souza Naves, Nelson Maculan, como Hósken de Novaes, Álvaro Dias, Leite Chaves.

Londrina tem uma história política bonita, de homens que foram afirmativos diante do seu tempo. E esta história foi maculada, foi ultrajada, quando seu mandatário não se fez respeitar pelo cargo que a população daquela cidade lhe outorgou. E, a população consciente, a população civicamente preparada para exercer seus direitos, mesmo que tardiamente, mas tarde do que nunca, assim diz a flâmula mineira, Londrina reagiu. Reagiu diante das denúncias, diante dos desmandos e depois de um ano de investigação, de busca da verdade através do Ministério Público e pressionado pela sociedade e com o apoio das instituições permanentes do Estado do Paraná, buscou-se o resultado em que pusesse fim àquela orgia do dinheiro público.

Tivemos, recentemente, um caso clamoroso que foi da Caxeg, do Estado de Goiás. Foi envolvido um ex-governador, ex-ministro da Justiça, senador, através do seu irmão Íris Rezende.

E, aquele envolvimento todo não passava de cinco milhões. Hoje o buraco das finanças públicas de Londrina, comprovado pelo Ministério Público, documentado, ascende a mais de 16 milhões de reais.

E aquele, deputado Moysés Leônidas, Vossa Excelência que foi vereador naquela comunidade, que há anos milita no campo do direito e na área da informação, sabe que hoje, se formos apurar, esses valores ascendem a mais de 100 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vossa Excelência passa a usar o horário do PSDB.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Muito obrigado, senhor presidente.

Esta Casa teve a tolerância, esta Casa não foi precipitada e muito menos os membros que compõem a Oposição. Só conhecíamos e tínhamos informação desde o início de 1998, desde do primeiro semestre de 1998 conhecíamos a corrupção, o vazamento e a sangria que estava se realizando na Ama, através do seu diretor,

Mauro Maggi; Nelson e Júlio Bittencourt, que eram os três diretores que compunham a Ama. Já conhecíamos desde o mês de junho e não falamos nada porque não tínhamos provas. Era um período pré-eleitoral.

Quando no início de agosto, deputado Plauto Miró Guimarães, usamos esta tribuna para justificar e defender um requerimento reconhecendo o trabalho do Ministério Público, esta Casa derrubou. E o deputado Plauto Miró Guimarães - não o acuso, não - disse que possivelmente e com certeza aquele requerimento era muito mais animosidade política do que mesmo a versão dos fatos que aqui narravam. Mandeí a resposta, porque a resposta se dá com o tempo. Este é o tempo.

O Ministério Público levantou mais de 200 processos, mais de 200 procedimentos de notas frias, contratos inexistentes, obra contratada e não realizada, marmitex, roçagem, que com certeza os deputados desta Casa que comparecerem amanhã no Ministério Público, às 11 horas, terão conhecimento. E quando disse no início que faço com um relativo constrangimento, ou que fiz o primeiro pronunciamento aqui em agosto do ano passado, mas hoje não cabe mais, apesar do delicado momento e do assunto que se aborda, não cabe mais ficar preso a constrangimento de vir aqui denunciar, porque a esta Casa é atribuída a responsabilidade da fiscalização e do acompanhamento. Se atuarmos na efetiva e na sincera representação do voto, precisaremos e teremos como responsabilidade vir a apurar o clamoroso e rumoroso caso Copel, Sercomtel, Banco FonteCindam, Prefeitura Municipal de Londrina, porque ali, senhor presidente, senhores deputados, está o centro de toda essa malversação dos recursos públicos, porque o município Londrina fez, através das décadas, a sua melhor poupança: a poupança da competência, da seriedade, a poupança da qualidade e da disposição daquela gente londrinense em realizar um grande serviço de telecomunicações, e junto com Uberlândia e Ribeirão Preto, formava os três melhores serviços municipais de telecomunicações. E tivemos o desprazer, na irresponsabilidade, de ver estes serviços sendo vendidos e não tendo, por conseguinte, a boa aplicação dos recursos, porque ela fora direcionada para financiamentos de campanha, enriquecimento ilícito e corrupções as mais desqualificadas.

Por isso, deputado Moysés Leônidas, não é com pressa, com todo o respeito a Vossa Excelência e à representatividade que tem em Londrina, não é com pressa, nem no destempero, não é na vã aspiração de ter os holofotes da imprensa voltados para os deputados, mas é no cumprimento estrito do exercício do mandato. E digo mais: estive em todo momento, como esteve Vossa Excelência, como estiveram outros companheiros desta Casa com relação à questão de Londrina. E numa das oportunidades que tive e aqui peço o testemunho do deputado Orlando Pessuti, estivemos no Distrito e na Promotoria Pública buscando nos informar e coletar dados, porque reconhecemos e estamos conscientes de que há necessidade de se estabelecer e se instalar, aqui a comis-

são para verificação da venda da Sercomtel, da Copel, porque diz diretamente com os interesses do Paraná, diz diretamente aos interesses e responsabilidades desta Casa, porque não podemos ficar surdos, mudos e cegos diante de um problema destes. É responsabilidade nossa.

E é em nome desta Casa, senhor presidente, não oficialmente porque não recebemos esta determinação e não usurparemos seu mandato, mas estaremos lá representando parcela desta Casa, buscar conhecer os fatos, porque, além do fato Copel, Sercomtel, caso Ama, Comurb, há um fato mais importante a ser colocado nesta questão: a vice-governadora Emilia Belinati, além de esposa do prefeito Antonio Belinati, ela é a vice-governadora do nosso Estado. E numa necessidade de substituição, numa possível viagem do titular, ela assumira o cargo de governadora do Estado. E nós não reconhecemos. E não somos nós. É a sociedade londrinense, em especial, e a sociedade paranaense, legitimidade moral para que assuma tão honroso cargo de governador do Estado, mediante as críticas e acusações que pesam à família Belinati.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado José Maria, quero colocar uma questão que é de extrema importância. Vejo sua preocupação em procurar fazer seu pronunciamento. E nós vivemos na política do nosso País, um momento ímpar. Vossa Excelência deve ter acompanhado o que está acontecendo com muitas prefeituras do Paraná. Está aí Londrina, que está com este grave problema sub judice, está aí a questão da Prefeitura de Ponta Grossa, que também, como diz o prefeito de Ponta Grossa, não é o valor que inocenta a cidade, é a atitude. Mas eu gostaria de deixar para Vossa Excelência aqui uma proposta, e quero deixar essa proposta para a Oposição, nós gostaríamos, nós, do governo Jaime Lerner, de deixar clara a situação Sercomtel, Copel. Gostaria de fazer uma reunião com os Líderes logo após essa sessão para nós marcarmos uma reunião aonde estará presente o presidente da Copel, os diretores da Copel, os técnicos da Copel, para prestar todos os esclarecimentos das atitudes e da negociação que ocorreu entre Copel-Sercomtel. Quero deixar essa proposta porque é de vontade do governo do Paraná deixar essa questão transparente para todos os cidadãos paranaenses.

Gostaria que Vossa Excelência, já fiz essa proposta ao líder das Oposições, e gostaríamos de marcarmos uma data, se possível mesmo na Copel, aonde eles têm todos os equipamentos possíveis para fazer os demonstrativos das negociações que foram feitas, dos objetivos, dos resultados, do que foi pago, para quem foi pago, porque foi pago aonde foi pago. Queremos deixar claro essa situação para que a situação negociação Copel-Sercomtel fique clara, com o povo paranaense.

Gostaria de pedir a Vossa Excelência, e à sua liderança, junto aos deputados de Oposição, para que marcássemos uma data e que tivéssemos uma oportunidade de

esclarecer essa questão junto aos senhores deputados. Então, está aberta aqui a posição do governo quanto a essa questão Sertomtel-Copel. Não temos nenhum temor de nos colocar à disposição, de esclarecer essas dúvidas, naturalmente procurar esclarecer, porque não sei quais são as suas dúvidas. Mas quero dizer a Vossa Excelência, estive hoje pela manhã reunido com o presidente da Copel, ainda ele me prestou todos os esclarecimentos dessa negociação, e eu achei por bem, por ser um volume enorme de documentos que se faz necessários que os deputados tenham conhecimento, gostaria de, logo após a sessão, se Vossa Excelência assim o quiser e com os demais deputados e com os líderes de Partido, marcássemos uma reunião para marcar uma data aonde a Copel prestará todos os esclarecimentos, e tenho certeza absoluta que não ficará nenhuma dúvida quanto ao procedimento legal da compra das ações da Sercomtel pela Copel. Essa é a posição que deixo para Vossa Excelência como proposta para esclarecimento e assim tenho certeza que é o desejo de Vossa Excelência.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Agradeço o aparte ao líder do Governo, sensato, sereno, só que vou conversar, vou levar à Liderança de Oposição. A Oposição está sempre aberta ao diálogo, acho que nunca teve uma Oposição com tanta abertura para o diálogo, apesar que a proposta de Vossa Excelência, representando o governo, vem com um ano e meio de atraso, mas nós, com certeza, estaremos dispostos a ouvi-los porque nunca estivemos com os ouvidos fechados, porque o interesse maior é do Paraná, o interesse maior é de Londrina, o interesse maior é de conhecer a verdade e a transparência desses fatos.

#### **O Sr. Valdir Rossoni**

A Oposição fez aqui um requerimento nesta Casa pedindo alguns esclarecimentos sobre as negociações Copel - Sercomtel, e trouxemos aqui os esclarecimentos por escrito do pedido da Oposição. Foram entregues à Oposição esses esclarecimentos. Acredito que não é apenas num documento que se fará o esclarecimento de uma negociação de tamanho volume, de tamanha grandeza. Então, o melhor é travarmos, além dos esclarecimentos, termos um debate entre os deputados, os diretores e o presidente da Copel, porque lá no momento em que forem prestados esclarecimentos, certamente surgirão dúvidas e lá poderemos dirimir essas dúvidas.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, agradeço, só gostaria de colocar para o deputado Valdir Rossoni que esse entendimento e esta conversa seriam bons, após, nós, deputados de Oposição termos ouvido a Promotoria Pública de Londrina, que tenho certeza terá mais informações que desconhecemos e é desconhecida da grande maioria da sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PTB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, faço uso do Horário da Liderança do PTB.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Volto a essa tribuna para falar sobre um aparte que fiz ao pronunciamento do deputado José Maria, colocando aqui uma proposta para os deputados, para que o presidente da Copel e os seus diretores tenham a oportunidade de esclarecer as dúvidas, que os parlamentares têm sobre a questão Copel/Sercomtel. Ficamos aqui no aguardo, para, após a sessão, marcarmos uma data e um horário onde poderemos fazer esses esclarecimentos.

Quero dizer também aos deputados, que faremos um convite à imprensa e vamos levar ao seu conhecimento a data e o horário que serão feitos esses esclarecimentos, porque é de vontade do presidente da Copel e é de vontade do governador de prestarem esses esclarecimentos à população paranaense.

Fica aqui a nossa proposta. Voltei à tribuna fazendo uso do horário do PTB. Quero dizer também ao deputado Caíto Quintana, do alto da sua experiência, colocou aqui a questão da greve dos professores e de que a Liderança do Governo, sempre em todas as ocasiões, tem se colocado à disposição, para procurar abrir as negociações com qualquer categoria de servidores do Estado e procurar o melhor caminho para achar a solução dos problemas que temos na nossa sociedade, a Liderança do Governo, para que não fique aqui a alegação, que não estejamos abertos à negociação, estamos aguardando em qualquer momento, em qualquer horário, para procedermos o início dessas negociações.

Era isso, senhor presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PMDB. Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Ontem, trouxemos a esta Casa a nossa preocupação em relação ao episódio que envolve, não só o prefeito Antônio Belinati, mas sobretudo as instituições do Paraná. Refiro-me ao caso da vice-governadora Emilia Belinati. E o deputado Moysés Leônidas, ao fazer aqui a sua locução, disse que o leão está morto e que nós, da Oposição nada iríamos conseguir ou fazer lá em Londrina.

Deputado Moysés Leônidas, veja que nós, da Oposição, tratamos esse caso com muita responsabilidade. Em nenhum momento fomos açodados e em nenhum momento quisemos tirar proveito político de todo o imbróglio que envolve as denúncias lá em Londrina, da Prefeitura, e mais pessoas que se envolveram nas nego-

ciatas que, comprovadas pelo Ministério Público, dizem que supera R\$100 milhões desviados dos cofres públicos.

Não fomos açodados e irresponsáveis, até porque em respeito a colegas nossos que têm assento aqui nesta Casa, por respeito ao passado da vice-governadora, Emilia Belinati, tivemos o cuidado e a responsabilidade de conduzir este processo da forma mais tranqüila possível. E aí, ouvimos o deputado Moysés Leônidas dizer: Agora o leão está morto, a Oposição não tem mais nada a fazer. Até porque esta afirmação não é correta e não se pode colocar aqui porque a Assembléia Legislativa, muito embora tenha que se preocupar com a Assembléia de Londrina, porque é a segunda maior prefeitura do Paraná, mas o que interessa a nós é o cargo de vice-governador do Estado do Paraná! O que nos interessa é a situação envolvendo o nome da vice-governadora Emilia Belinati, não é em relação ao prefeito de Londrina. Em relação ao prefeito está lá o Ministério Público, está lá a Câmara Municipal a investigar e a conduzir o processo e somos espectadores em relação a isso.

Agora, quando o caso atinge a vice-governadora, a senhora Emilia Belinati, quando a imprensa publica de forma insistente que Emilia Belinati teria sido beneficiária de um desvio de dinheiro da Prefeitura de Londrina, é evidente, senhor presidente, que não podemos ficar calados! Aí a responsabilidade é da Assembléia Legislativa de ir investigar. E nós, para não cometermos injustiças com a vice-governadora, o que estamos fazendo? Estamos indo lá, na fonte, estamos indo a Londrina buscar a documentação que se supõe existir. Estamos indo a Londrina para conversar com o Ministério Público como também com a comissão processante da Câmara Municipal que, segundo notícias, estão embasados numa farta documentação para denunciar este esquema de corrupção instalado na segunda maior cidade do Paraná, que é o município de Londrina.

Quero aqui poder estabelecer o contraditório e dizer ao deputado Moysés Leônidas que sim, é necessário que nós, responsáveis que fomos até agora, para que possamos continuar nesta mesma trilha, nos dirijamos a Londrina para arrecadar toda a documentação possível, e posteriormente, comprovado o envolvimento da vice-governadora, a Assembléia Legislativa do Paraná terá que se pronunciar, sim, não poderemos ficar calados!

Concedo um aparte ao deputado Valdir Rossoni e na seqüência ao deputado Moysés Leônidas.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Vossa Excelência disse muito bem quando falou que vão a Londrina buscar subsídio para verificar do envolvimento da vice-governadora. Concorde. Então Vossa Excelência não pode fazer um pré-julgamento, antes de chegar a Londrina e trazer subsídios a esta Casa. Porque ontem mesmo Vossa Excelência fez um pronunciamento querendo alegar aqui o impedimento moral da vice-governadora, de assumir.

Não sou a pessoa com o dever de aqui fazer a defesa dela, mas as vezes, e este é meu papel e faço com convicção, quando a vice-governadora assumiu o governo do Estado na interinidade, quero dizer a Vossa Excelência que ela teve um procedimento que em nenhum momento esta Casa aqui levantou qualquer suspeita.

Então, peço esta prudência, esta responsabilidade que Vossa Excelência coloca. Acho que ela é muito importante.

Acho também que a viagem de Vossa Excelência para Londrina também é importante, porque temos que, ao levantar a suspeita, ou querer fazer o julgamento de uma pessoa, temos que ter documentos contundentes, para que nós possamos fazê-lo.

Faço esse aparte, sabedor da situação de Londrina, pelos jornais, e coloco aqui com clareza a posição da vice-governadora: em todos os momentos em que assumiu o governo do Estado do Paraná procedeu com lisura. Isso é importante que Vossa Excelência tenha conhecimento, leve, porque em nenhum momento ouvi aqui a Oposição levantar uma palavra contra ela.

Agora, não quero entrar na questão Londrina, porque Londrina é uma questão do Ministério Público, dos vereadores e nós devemos aguardar, sim, esta vasta documentação que Vossa Excelência diz existir, para que possamos fazer o julgamento e não o prejulgamento. Não estou fazendo a defesa, mas colocando aqui uma questão de postura da vice-governadora quando exerceu o governo do Estado do Paraná.

#### O SR. NEREU MOURA

Deputado Valdir Rossoni, em nenhum momento nós prejulgamos ninguém. É errônea a sua afirmação como ontem, foi...

#### O Sr. Valdir Rossoni

Não, Vossa Excelência ontem disse que ela estava impedida.

#### O SR. NEREU MOURA

Nós dissemos aqui que a vice-governadora deveria se declarar impedida, até que as denúncias fossem averiguadas.

Porque não fomos nós que fizemos a denúncia. Não foi nenhum deputado desta Casa. As denúncias foram feitas por pessoas de Londrina e pelo Ministério Público. É bom que a verdade se estabeleça. Nós tivemos o cuidado necessário, sim, para não jogar lama em ninguém. Tivemos o cuidado, a responsabilidade, estamos tendo. Iniciamos ontem no pronunciamento que aqui fizemos, que a vice-governadora Emilia Belinati deveria se declarar impedida até que as denúncias fossem todas esclarecidas.

Eu disse ainda, que no fundo, no fundo, torcia para que a vice-governadora saísse ileso desse processo, pelo respeito que eu possuía por ela.

Agora, não podemos assistir o Paraná inteiro nos cobrando pelas ruas: O que está fazendo a Assembléia Legislativa do Estado?

Diante das denúncias aonde o juiz da 6ª Vara Criminal de Londrina acata de pronto, quebrando o sigilo fiscal, o telefônico, o bancário, da vice-governadora e de outras pessoas.

É evidente que não podemos assistir, nós temos a nossa responsabilidade. É o cargo da vice-governadora.

A nossa prudência fica aqui mais uma vez estabelecida, nós iremos a Londrina buscar a resposta a todas essas indagações. Se comprovado o envolvimento da senhora Emilia Belinati, iremos, aqui nesta Casa, propor um instrumento que possa puni-la, a fim de que a moralidade seja preservada no nosso Estado.

Concedo o aparte ao deputado Moysés Leônidas.

#### O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Nereu Moura, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento e deixar bem claro aqui, a colocação que fiz na tribuna, usando a expressão, que agora “o leão esta morto”. Não quer dizer que a Assembléia não deva se envolver, é o ponto de vista de uma meia dúzia que existe lá. Acho que a Oposição tem que ir mesmo.

Essa história de que Londrina não é problema aqui da Assembléia, se não for da Assembléia o problema é meu, porque eu sou de lá.

O mínimo que a dignidade política me cobra é que eu esteja atento a estas questões.

Agora, quero dizer a Vossa Excelência e aos demais deputados, que é muito comum o que acontece em Londrina, não ter nenhum reflexo aqui em especial no poder. Nenhum! É comum, a gente sente isso. Em outras regiões do Estado do Paraná, os acontecimentos têm muito mais reflexo do que acontece, em Londrina, haja vista por exemplo durante muito tempo já por duas gestões do governo Lerner, nós ouvimos: Ah, não tem muita gente de Londrina aqui. Não é que Londrina não tenha gente capacitada no governo. Tem muita gente boa, nós estamos representados aí, pela Emilia Belinati.

Pegue Vossa Excelência e veja quantas pessoas do Norte do Estado estão no comando do governo ou especialmente de Londrina. Ah! O José Tavares! O José Tavares era de Londrina. Não é mais. Já faz tempo que ele saiu de lá. Não tem mais ninguém. Então há já esse prejulgamento com relação a Londrina e que a cidade cobra da gente, cobra de mim, uma vez que o deputado Antônio Carlos Belinati não é cobrado, até porque está inserido no contexto e é encarado de uma outra forma. Então eu fico numa posição muito difícil. Acho que a Oposição tem que ir sim, mesmo que o “leão” já estivesse morto. Tem que fazer o seu papel.

Agora, o que eu quero ponderar aqui, é o seguinte: não deve mais a Assembléia se furtar, não é com relação à região Norte do Estado, é com relação a qualquer região. O governador é conhecido lá em Lon-

drina como um capitalista, que só faz por Curitiba e eu tenho contestado e ajudado e dizendo até que não é nada disso, que o governador tem trabalhado muito por Londrina, que a própria governadora tem trabalhado muito. Agora não estamos falando de ação política, estamos falando em farra com o dinheiro público. Aí eu também tenho que entrar. Acho que a Assembléia tem que ir mesmo e essa preocupação é louvável. Acho e quero dizer a Vossa Excelência, pelo que conheço da vice-governadora Emilia Belinati, em meio a esse tumulto, ela não vai assumir o governo se o governador viajar. Ela tem postura. Sei o que ela deve estar sofrendo. Não sou advogado, não estou do lado dela, nem do marido e nem do filho. Estou do lado, sim, de Londrina e também que o dinheiro não seja usado para fazer a farra que foi feita. Acho que a família toda está sofrendo por responsabilidade pública de ter colocado gente lá que não presta, de réu confesso, de gente que já foi à Rede Globo de Televisão e disse: “Roubei mesmo, porque sou mau caráter, porque eu não presto, por luxúria, por vaidade e por tudo”.

Então, a Assembléia tem que estar a par. Não podemos aqui sermos um Poder adesista, um Poder referencial. O que a Assembléia não pode ser é um apêndice do governo. Tem que ser um Poder altivo, independente, sobretudo, com respeitabilidade. Acho que todo parlamento do mundo que tem a maioria, governa. Se o governo consegue ter a maioria, consegue ter, mas que a Oposição seja uma voz só, calada ela não vai valer nada. Ela tem que ser ativa e sempre em pé.

Portanto, acho que, como representante de Londrina, essa comissão será muito bem recebida e se puder estarei lá, mas quero dizer que não é desta forma que eu tentei colocar; temos o dever constitucional e de juramento, de fiscalizar a farra que se faz com o dinheiro público.

Obrigado.

#### **O SR. NEREU MOURA**

Quero finalizar, agradecendo o aparte do deputado Moysés Leônidas e é exatamente isso que o povo do Paraná espera de nós, que façamos as investigações, cumpramos o nosso mandato com dignidade aqui no Parlamento e essa questão de Londrina não é da Situação ou da Oposição, é uma questão do Paraná. É uma questão da Assembléia Legislativa, porque o que está em jogo são as instituições e o cargo do vice-governador, é permanente. Hoje é Emilia Belinati, amanhã, será o João, o Pedro, o Miguel. Temos o dever de fiscalizar, de acompanhar e de passar a limpo todas essas situações.

Por isso eu gostaria de ir a Londrina amanhã, e não só os deputados da Oposição, toda a Assembléia Legislativa. Que fôssemos lá requisitar essa documentação, verificar, para saber o que há de verdade nisso tudo e aí sim, tomar as providências que se fizerem necessárias.

Fica aqui então, senhor presidente, a nossa posição em relação a essa situação.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência registra com satisfação a presença do vereador de Campo Mourão, Jamil Barbosa. Também anuncia a presença do prefeito de Palmeira.

Com a palavra PSL. Concedo a palavra ao deputado Geraldo Cartário.

#### **O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Senhor presidente, senhores deputados.

No dia de hoje, recebi diversas ligações de pessoas que conheciam de perto o deputado Anibal Khury. Mas o que me traz aqui, é precisamente o telefonema que recebi do promotor de Justiça, doutor Vani Ribeiro, que nos dizia, hoje, por telefone, que o nosso pronunciamento na tarde de ontem merecia, por parte dele, o louvor, e enalteceu as palavras que aqui foram proferidas por nós. Porque ele, ao analisar toda essa situação, emitir uma nota à imprensa, tirando qualquer responsabilidade do deputado Anibal Khury nessas denúncias levantadas e algumas divulgadas.

O promotor de Justiça nos informa que ele não entregou fotografia em hipótese alguma a ninguém. Então o Ministério Público se exclui de qualquer responsabilidade pelo ato dessa divulgação. Como queremos encerrar este episódio porque achamos que a memória do deputado Anibal Khury não deve ficar sendo aqui levantada, e termos de ficar aqui falando sobre acontecimentos que possam denegrir a imagem do vulto histórico que foi Anibal Khury.

Vamos agora encaminhar um requerimento e damos um ponto final nessa questão. Acho que eu, certamente, a família do deputado Anibal Khury, após ter recebido também um telefonema do Ministério Público, nos damos por satisfeitos e queremos acabar com este episódio.

Com aparte o deputado Ângelo Vanhoni.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Para corroborar com sua explanação.

O promotor de Justiça, doutor Vani, o qual faz referência à matéria veiculada pelo jornal, também telefonou para mim e para outros deputados. Considerou exatamente isso que Vossa Excelência fez de público. Não há absolutamente nenhuma procedência na notícia do ponto de vista do Ministério Público, mesmo porque o deputado Anibal Khury já faleceu. E não seria o Ministério Público do Estado do Paraná que iria cometer o desatino jurídico de fazer uma investigação sobre alguém que já não está entre nós.

Então, para corroborar e considerar as palavras que Vossa Excelência está explicando a respeito deste assunto, também recebi o telefonema e as mesmas explicações do Ministério Público do Estado do Paraná.

Obrigado.

## O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço o aparte que uma vez mais os arquivos da Assembléia terão registrado para muitos e muitos anos a história e a figura nobre do deputado Anibal Khury.

Senhor presidente, vou ler o requerimento.

(Lê):

“Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao promotor de Justiça da Promotoria de Investigações Criminais (PIC), doutor Vani Ribeiro, pela pronta resposta às notícias veiculadas na imprensa, em relação as suspeitas sobre o envolvimento do senhor deputado Anibal Khury com o crime organizado, inocentando o nosso querido e lembrado deputado de qualquer acusação.

Lembramos que a história do Poder Judiciário e do Ministério Público paranaense, guardam profundas semelhanças com a vida política do deputado Anibal Khury, principalmente no tocante à defesa dos direitos de cidadania. Formados por cidadãos íntegros, muitas vezes de origem humilde, através de seus próprios méritos e brilhantismo, galgaram carreiras e posições de destaque, contribuindo com a formação do povo paranaense.

Requer, também, o envio da decisão desta Casa ao Excelentíssimo senhor procurador geral de Justiça, doutor Marco Antonio Teixeira.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO”

Encerrando as minhas palavras, quero dizer que recebi também, entre outros telefonemas, o telefonema do doutor Ronaldo Botelho, ex-procurador de Justiça, que entre outras coisas disse o seguinte: que a página interna, que tem uma foto do deputado Anibal Khury, não se trata de uma acontecimento em Rio Branco do Sul, mas sim em Telêmaco Borba, ele inclusive dizia que ali estavam presentes o presidente da Câmara de Telêmaco Borba, a esposa do presidente da Câmara e também o prefeito.

Então, era isso, senhor presidente, quero cumprimentá-lo como presidente da Assembléia, pela entrevista que concedeu aos jornais, falando na memória do deputado Anibal Khury e ao 1º secretário, Hermas Brandão, que hoje também aparece defendendo a memória de Anibal Khury.

Muito obrigado!

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência cumprimenta o deputado Geraldo Cartário, acho importante que realmente se coloque uma pedra em cima de tudo isso, até porque a pronta movimentação de toda a sociedade, não só dos meios políticos, mas dos meios empresariais, e no próprio Ministério Público, vários deputados receberam ligações de juízes, desembargadores lamentando realmente, profundamente

esse fato intempestivo ocorrido na semana próxima passada.

Com prazer anunciamos a presença do prefeito de Luziana, Wilson Tulek e de igual maneira a presença do vereador Machado Costa, lá de Nova Esperança e o vereador José Bordin de Doutor Camargo. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Ainda no Horário da Lideranças, PT, PDT, PST, PSD, Liderança do Governo.

Liderança da Oposição com a palavra o deputado Irineu Colombo.

## O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Anunciamos ontem a decisão que a Bancada da Oposição tomou pela manhã ainda, muito antes de saber do resultado que teria com relação à cassação ou não do prefeito de Londrina, decisão de irmos àquela cidade para receber todas as informações possíveis acerca da vice-governadora do Estado Emilia Belinati, porque fomos inquiridos de que qual era a nossa posição diante da viagem do governador do Estado e assunção ao cargo de governadora, da vice Emilia Belinati.

A nossa posição será tomada, efetivamente, após virmos os documentos, os fatos que estão arrolados naquele processo que inclusive culminou na tarde de ontem com o afastamento, por decisão judicial, do prefeito Antonio Belinati.

Mas o que me traz a tribuna hoje, na verdade é um desdobramento disso, o que queremos fazer entender ao público paranaense e a esse Plenário.

Temos um pacote de Londrina, vamos chamar assim que é uma relação entre o governo municipal e o governo estadual. E é nesse pacote londrinense que a Oposição está interessada, e nele envolve Copel, Sercomtel, envolve dinheiro público que foi depositado em contas, segundo informações de familiares do prefeito Antonio Belinati, incluindo a vice-governadora. Então vocês vejam que é um procedimento de precaução, mas já temos antecedentes seríssimos e é sobre esse antecedente que venho falar aqui.

Em maio de 98, o Sercomtel tinha uma dívida com o Banco FonteCindam, uma dívida de 21 milhões feita pelo prefeito anterior.

Naquele ano, o Banco FonteCindam, que teve uma versão do Francisco Lopes, era um banco que naquele momento estava sendo questionado a nível nacional. A Prefeitura de Londrina autorizou a Sercomtel, a pedido do prefeito, e acertado com o governador do Estado, a Copel adquiriu, portanto, 45% das ações do Sercomtel por 180 milhões. Com a autorização do Município de Londrina, a Copel foi e readquiriu essas ações junto ao FonteCindam quitando aquela dívida anterior. Só que a dívida de 21 milhões foi dado 39 milhões. Em menos de um ano e meio tivemos uma majoração de 90% da dívida, quando naquela época a história era de que, inclusive na própria Prefeitura de



Londrina tem isso, de que algumas dívidas o FonteCindam fazia proposta de deságio de até 50%. Se você somar 50% negociáveis de deságio, estou trabalhando em tese, em 90%, vamos chegar a um superfaturamento de até, comercialmente falando, aproximadamente aí 130 a 140%. Entre o que era possível você pagar em negociação ou o que foi pago.

Esse escândalo do FonteCindam, Copel, Sercomtel, está no pacote, que chamo aqui, londrinense que envolve o governo do Estado, muito mais agora que o juiz determinou a quebra de sigilo bancário que envolve aí depósito de dinheiro público em campanhas eleitorais, e depósito de dinheiro público na conta da vice-governadora do Estado. Mas, vamos “bater” nesta questão depois da ida a Londrina.

O que estamos querendo, senhor presidente, defender nesta tribuna.

Tenho aqui em minhas mãos um despacho, um ato da Presidência 001/99, de 24 de maio de 1999, que constituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 membros, conforme o requerimento recebido pela Mesa de autoria dos senhores deputados: Duílio Genari; Nelson Garcia, Ademar Traiano; Péricles Mello; Irineu Colombo; Hidekazu Takayama; Durval Amaral; Luiz Accorsi; Tony Garcia; Luiz Carlos Zuk; Tiago Amorim Novaes; Cesar Seleme; Augustinho Zucchi; Fernando Ribas Carli; Plauto Miró; Edno Guimarães; Cezar Silvestri; Moisés Leônidas; Ricardo Chab; Ângelo Vanhoni; Cleiton Kielse; Beto Richa e José Maria Ferreira, na sessão de 24 de maio de 1999, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 64 da Constituição do Estado para investigar a transação realizada entre Copel, Sercomtel com a Prefeitura Municipal de Londrina. Foi instalada a CPI. Em seguida um requerimento apresentado por diversos senhores deputados, aprovado mesmo com a nossa veemente oposição foram retiradas as assinaturas, inviabilizando, portanto, o ato de instalação daquela CPI.

Voltamos, senhor presidente, fomos contra a instalação daquele bloco de CPI's aqui exatamente pelos fatos que agora, inclusive que o tempo e a conjuntura vêm demonstrar. Precisávamos, neste momento, ter uma CPI Copel/Sercomtel, evidentemente. Porque esse pacote londrinense que envolve o governo do Estado e envolve a Prefeitura de Londrina tem que ser investigado por nós; envolve um deputado, envolve a vice-governadora do Estado do Paraná, envolve uma empresa, a Copel, que ninguém sabe direito quem é o dono neste momento. Quer dizer, precisamos ir a fundo nesta questão. Por isso, estamos apresentando um projeto de resolução que, evidentemente, precisa da aprovação da maioria do Plenário, cria no âmbito do Poder Legislativo uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07, com um prazo de duração de 120 dias, para investigar as irregularidades Sercomtel/Prefeitura de Londrina/Banco FonteCindam e Copel, no valor de cento e oitenta e seis milhões quatro-

centos e oitenta e seis mil reais, em conformidade com o Artigo 122 do Regimento Interno.

Queremos a CPI do Copel/Sercomtel. Se não é possível com a aprovação da maioria do Plenário, estamos colocando mais esta CPI na fila das CPI's que são imprescindíveis para o esclarecimento da opinião pública do Paraná, assim que terminar uma destas que estão instaladas.

Queremos efetivamente que tramite rapidamente esta proposta deste projeto de resolução para aprovar uma CPI que interessa ao povo do Paraná, que interessa à opinião pública londrinense, que interessa a opinião pública do Brasil porque o Brasil todo está sabendo e recebemos telefonemas querendo saber o que está acontecendo com o Paraná, se a vice-governadora cai ou não, e temos que dar satisfações, no mínimo investigando!

Concedo aparte ao deputado Fernando Ribas Carli.

### **O Sr. Fernando Ribas Carli**

Deputado, ouvindo atentamente as suas palavras, o senhor faz uma afirmação de que todo este imbróglio iniciou-se na administração do ex-prefeito Cheida, filiado ao seu partido.

E sua afirmação causa espécie na maioria das pessoas, porque veja o senhor: até ter surgido na grande imprensa o nome do Banco FonteCindam, nunca imaginei que pudesse existir banco com este nome. Gostaria de saber como é que uma prefeitura do PT encontrou os caminhos do Banco FonteCindam para fazer um empréstimo para a Prefeitura de Londrina.

E, o senhor disse no seu pronunciamento, que a dívida que ficou, era uma dívida que poderia ser renegociada com grande deságio. Quem empresta dinheiro e depois se permite conceder grandes descontos e grandes deságios, certamente é porque auferiu um lucro muito elevado, certamente cobrou um juro extorsivo que lhe permite ter este prejuízo.

Mas, realmente, o que causa surpresa é o fato de termos tantos bancos no Brasil como o Banco do Brasil, o Bradesco, o City Bank, Banco de Boston, inúmeros bancos e a Prefeitura de Londrina foi escolher um tal de banco FonteCindam. Causa espécie e acho muito oportuna sua colocação de fazermos esta averiguação pela comissão que vai até Londrina. Acho que os fatos devem ser esclarecidos e também saber porque o ex-prefeito Cheida foi procurar o Banco FonteCindam, saber quem foram os intermediários desta negociação, porque não conheço nenhuma agência deste banco, no Paraná e nem em São Paulo.

Pelo que li na época dos escândalos, da desvalorização cambial, onde foi um dos bancos que teve grande favorecimento, este banco tem uma agência só no Rio de Janeiro.

Então, é muito oportuna a sua colocação e sua afirmação.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Deputado Fernando Ribas Carli, o prefeito Cheida fez uma operação normal de empréstimo ao Sercomtel, não ao Banco FonteCindam, não foi isso que eu afirmei.

O Banco FonteCindam entrou no processo com a administração do Antonio Belinati, na transação com a Copel, inclusive esta preocupação de Vossa Excelência em tornar algo importante para esclarecermos neste processo de investigação.

Este seu espanto também é nosso. Como a Copel, o governo do Estado teve transação com o FonteCindam? O Sercomtel, na administração do Antonio Belinati teve transação com o FonteCindam neste nível.

Então, importante o seu aparte que vem contribuir com as nossas absolutas preocupações do mesmo nível de Vossa Excelência. Agora, a transação com o prefeito Cheida, na época do PT, hoje do PMDB, foi absolutamente normal, aprovado pela Câmara dos Vereadores.

**O Sr. Irineu Colombo**

E de quem o Sercomtel tomou emprestado?

**O SR. IRINEU COLOMBO**

A Prefeitura de Londrina tomou emprestado ao Sercomtel.

Concedo o aparte ao deputado Edgar Bueno.

**O Sr. Edgar Bueno**

Agradeço o aparte de Vossa Excelência. antes de entrar nesta barca que está afundando, em Londrina, eu gostaria, com todo o respeito ao deputado Ribas Carli, dizer que a Prefeitura de Londrina realmente fez um empréstimo e 22 milhões, já no último ano de mandato o ex-prefeito Cheida e que dos 22 milhões ficou um saldo de apenas 12 milhões, para quitar no Banco FonteCindam e também Banco Marca. Era um consórcio de Bancos.

Quero informar também a todos os senhores parlamentares, que destes 12 milhões que poderiam ser renunciados e já acordados com os dois bancos envolvidos, que inclusive aceitavam o valor real, sem a cobrança de juros e nenhum tipo de ágio, a Copel, em colúio ou não com a Sercomtel, consumiram 47 milhões para quitar apenas 12 milhões.

Esta é a diferença que todos nós queremos saber aonde foi parar. É esta a questão que está sendo discutida, hoje.

Não é se emprestou do Banco A, Banco B ou sei lá de quem. O que os paranaenses querem saber é aonde, como evaporou esta diferença de 12 para 47 milhões.

Então, senhores deputados, nós temos a convicção de que nós, parlamentares, temos que nos envolver mais a fundo nesta questão.

Quando o Greca, ex-ministro do Esporte gastou 380 milhões para construir uma nau e este barco afundou, todos abandonaram este barco e deixaram lá, vergonhosamente, com um gasto do dinheiro público de uma monta de 380 milhões.

Ora, senhores deputados. Será que a barca do Belinati também está afundando, que agora nós estamos vendo um abandono ao prefeito Belinati, que deu sustentação econômica e financeira para ganhar as eleições em 96? Será que é isto o que está acontecendo? Será que a nossa vice-governadora é vítima deste processo? Será que usaram a nossa vice-governadora para transferir dinheiro público, colocar na sua conta? Enquanto nós viamos na campanha eleitoral que iam para Maringá e contratavam todos os apartamentos do Hotel Deville, 12 ou 13 aviões jatinho, todos aqueles apartamentos contratados exclusivamente para a campanha do Jaime Lerner, isto cheirava mal.

Isso chamava atenção da sociedade. E agora, infelizmente, nós estamos vendo daonde saiu este dinheiro.

Senhor presidente, eu gostaria de dizer muitas coisas, ainda, mas atendendo sua solicitação, abro mão deste aparte.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Presidente, eu queria encerrar, a pedido de Vossa Excelência. Teria enorme prazer em conceder aparte ao deputado Ângelo Vanhoni, que aliás, diga-se de passagem, tem profundo conhecimento e já fez belos pronunciamentos...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

O deputado Ângelo Vanhoni vai falar amanhã para todos nós.

Hoje, ainda temos uma sessão extraordinária e o pessoal da Fundação Osvaldo Cruz está nos esperando.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Só para encerrar senhor presidente, seria importante que começássemos com toda discussão e investigação e não ficássemos neste "foi isso, foi aquilo".

Vamos criar uma comissão própria, informal. E o primeiro a vir explicar poderia ser o prefeito Luiz Eduardo Cheida, sem o menor problema. Falei com ele dez vezes, por telefone, e ele disse que estava à disposição.

Quando estavam instalando a CPI falei com ele, que seria o primeiro a depor, aqui "explicarei tudo, tudo foi feito de acordo com as regras e tudo o mais".

A partir daí desenrolaremos e chegaremos a quem de fato ficou com esse bolo todo.

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passa-se à Ordem do Dia, sem antes deixar de anunciar a presença da prefeita de Porecatu, a senhora Neusa Campos.

Seja bem-vinda à nossa Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Apenas para anunciar a presença entre nós do ex-prefeito de Londrina, Luiz Eduardo Cheida.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo, ex-prefeito de Londrina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa. **O pedido vai à C.C.J.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 026/00, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado ao senhor Tulio Vargas. **Aprovado.**

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/98, de autoria dos deputados Anibal Khury e Caíto Quintana, que dispõe que os exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial, serão realizados gratuitamente pelos postos de saúde do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. COM EMENDA DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Sub-Emenda Supressiva de Plenário de nº 01, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoio dos senhores deputados Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins e 1 ilegível nos seguintes termos:

### SUBEMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO

DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 145/98

A presente sub-emenda da C.C.J. ao projeto de Lei nº 145/98, tem por objetivo suprimir da redação original deste, o artigo 2º e a expressão “revogadas as disposições em contrário” de seu artigo 3º, renumerando-o como artigo 2º, conforme segue:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 16.05.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A proposição das emendas justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à inconstitucionalidade contida no artigo 2º da proposta legislativa porque invade competência do Poder Executivo.

A supressão da expressão final do artigo 3º, revogando-se as disposições em contrário, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, ditadas pela Lei Complementar nº 95/98. **O projeto retorna à C.C.J..**

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre a interrupção de fornecimento de água e luz aos consumidores do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (**Publ. no D.A. nº 82, de 29.06.99.**)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 370/99

#### 01) Do Projeto

De autoria do deputado Ricardo Chab, o presente projeto de lei, visa orientar as empresas paranaenses de energia elétrica e de água no sentido de que procedam e esgotem todos os atos administrativos disponíveis e aqueles ainda possíveis, visando evitar o corte de fornecimento de água e energia elétrica por falta de condições de pagamento.

De outro lado, determina que se dê prazo de noventa (90) dias para que o consumidor possa apresentar sua justificativa junto ao órgão próprio da empresa.

Trata-se, como se observa de oportunizar condições de pagamento por parte do consumidor inadimplente por razões de força maior, bem como da empresa em receber os recursos que lhe são devidos.

#### 02) Do Voto

Projeto de alta relevância social, não ofendendo dispositivos constitucionais e legais, podendo regimentalmente receber Parecer Favorável.

Sala das Sessões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

**COMISSÃO DAS FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 370/99**

**P A R E C E R :**

Para análise desta Comissão o presente Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do deputado Ricardo Chab, que proíbe a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - e a Companhia de Energia Elétrica - Copel - de interromper o abastecimento de água e energia elétrica, respectivamente, antes que todos os métodos de cobrança, sejam esgotados.

Considerando a importância social da medida proposta, em plena conformidade com o contexto de profunda crise social em que vivemos, e tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou nenhum óbice quanto à sua constitucionalidade e legalidade, nosso Parecer é Favorável.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 15.03.2.000

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
PÉRICLES MELLO - Relator

**Em discussão.**

**O SR. PÉRICLES MELLO (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, um esclarecimento, o parágrafo 2º do artigo 1º diz o seguinte: "Ficam autorizadas as empresas em caso de reincidência adotar a figura do fiador". Esse inciso me preocupa. Tenho um projeto que anistia a dívida de água com a Sanepar e acaba, extingue a taxa de religação de água. Infelizmente esse projeto não foi votado ainda, é um drama social no Paraná, tenho dados do ano passado, em cinco meses, quinhentas mil famílias tinham tido a água desligada, e quatrocentos mil conseguiram religar; só em Ponta Grossa dezesseis mil desligadas e só onze conseguiram ligar no ano passado em cinco meses. E a figura do fiador é um problema porque muitas pessoas não conseguem fiador. E me preocupa que nesse caso o cidadão não possa ter acesso a ligação de água e de luz porque não dispõe de fiador. Queria deixar só essa indagação ao deputado Ricardo Chab, mas amanhã nós temos a 2ª discussão do projeto e apresentaremos emenda senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente, Vossa Excelência poderá emendar no dia de amanhã.

**Aprovado o projeto.**

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/99, de autoria do deputado Luiz Fernando Litro, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher de Dois Vizinhos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 157, de 03.11.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 546/99**

**P A R E C E R :**

O presidente projeto de lei de autoria do deputado Luiz Fernando Litro, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma Delegacia da Mulher, no município de Dois Vizinhos, dando outras providências.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, com relação à legalidade e constitucionalidade, da presente proposição, constatamos que não há óbice constitucional e legal, que impeça sua normal tramitação nesta Casa de Leis, por se tratar de Projeto de cunho autorizatório, ficando a critério do Poder Executivo sua viabilização.

Pelo exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela aprovação da proposta em questão.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
WALDYR PUGLIESI - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 546/99**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Luiz Fernando Litro, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação desta Delegacia, para que se possa refrear a violência que cresce a cada dia contra a mulher e dar-lhe mais apoio e proteção.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**  
**E DA CIDADANIA**  
**PROJETO DE LEI Nº 546/99**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria do senhor deputado Luiz Fernando Litro, o presente projeto de lei tem como objetivo autor-

izar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos.

#### **Fundamentação**

Chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, entende que o município de Dois Vizinhos necessita desta Delegacia, objetivando reprimir a violência que a cada dia mais se comete contra a Mulher em todo o País.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.99.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETHI - Relator

#### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo, a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Almirante Tamandaré.. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 158, de 04.11.99).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

##### **PROJETO DE LEI Nº 550/99**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

##### **PROJETO DE LEI Nº 550/99**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

De autoria do senhor deputado Algaci Tulio, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança no município de Almirante Tamandaré.

#### **Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que é de suma importância a referida proposição visando solucionar o problema do alto índice de criminalidade, especialmente ligada à infância e a ado-

lescência bem como o tráfico, exploração do menor e a prostituição infantil no município.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

##### **PROJETO DE LEI Nº 550/99**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Almirante Tamandaré.

Ao analisarmos a proposta em questão concluímos que não existem óbices legais que impeçam sua normal tramitação.

Nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 643/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina que a internação de menores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., E.S.P. e C.D.H.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 191, de 08.12.99).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

##### **PROJETO DE LEI Nº 643/99**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo determinar que a internação de menores infratores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

##### **PROJETO DE LEI Nº 643/99**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

De autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo determinar que a internação de

menores infratores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis.

#### **Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que o presente de lei tem a finalidade de fazer com que os menores infratores permaneçam próximos à sua comunidade, com intuito de trazer benefícios ao desenvolvimento dos programas destinados à sua recuperação.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) RICARDO CAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 643/99**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Carlos Belinati, tem por objetivo determinar que a internação de menores infratores seja efetuada nas proximidades do domicílio de seus pais ou responsáveis.

#### **Fundamentação**

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de direitos e Cidadania, entende que o presente projeto de lei possui fundamental importância para ajudar na reintegração do menor a sociedade e conseqüente reintegração familiar.

#### **Conclusão**

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.2000

(aa) PASTOR PRACZYK - Presidente

CESAR SELEME - Relator

#### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/00, de autoria do deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Ação Municipal de Corbélia, com sede e foro no município de Corbélia. **COM EMENDA FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ.no D.A. nº 005, de 22.02.2000).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 038/00**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edgar Bueno, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar - Ação Social Municipal de Corbélia, com sede e foro no município de Corbélia

Chamada esta comissão a se manifestar, uma vez complementado 1 (um) ano de Personalidade Jurídica, somos de Parecer Favorável na forma de Emenda Substitutiva Geral para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 38/2000**

O Art. 1º do presente projeto passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Provopar - Ação Social Municipal de Corbélia, com sede e foro no município de Corbélia.

Sala das Comissões, em 02.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/00, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a comunidade Terapêutica Ancoradouro, no município de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 021, de 22.03.2000).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 083/00**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Chico Noroeste, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Ancoradouro, no município de Foz do Iguaçu, com sede e foro no mesmo município.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer Favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

#### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/00, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores

tores de São Sebastião da Bela Vista, com sede no município de Manfrinópolis e foro na Comarca de Barracão. COM PARCER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 023, de 27.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 084/00

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de São Sebastião da Bela Vista, município de Manfrinópolis e foro na comarca de Barracão.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer Favorável na forma e emenda corretiva, para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA  
AO PROJETO DE LEI Nº 084/00

O artigo 1º do presente projeto passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de São Sebastião da Bela Vista, com sede no município de Manfrinópolis e foro no município de Barracão.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 826, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 810 a 816, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 818 a 820, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 821 e 836, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 822, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 823, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 825, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 827 a 828, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 829, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 831 a 832, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 833, de autoria do senhor deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 834, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 835, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 793 e 794, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente?

(**Assentimento**)

Senhor presidente, já tenho as informações em mãos, dos dois requerimentos do deputado Ademir Bier, se ele retirar os requerimentos, presto as informações agora.

O SR. ADEMIR BIER

Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. **Retirados com a anuência do autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 644/99; 082 e 105/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 370, 546, 550, 641/99; 038, 083 e 084/2000.

Levanta-se a sessão.

## **Atas de Comissão:**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 9ª ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Cesar Seleme, Beto Richa e mais o deputado Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 001/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. O deputado relator Antonio Carlos Belinati requer diligência - DEFERIDO; 02) Projeto de Lei nº 007/2000 de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 270/2000 de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 038/2000 de autoria do deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 082/2000 de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 644/99 de autoria do deputado Algaci

Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 648/99 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 367/99 de autoria do deputado Hermas Brandão. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Moysés Leônidas; 09) Projeto de Lei nº 078/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Pastor Edson Praczyk. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da Comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA TERMO DE ATA**

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes senhores deputados: Carlos Simões, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Moysés Leônidas e Antonio Carlos Belinati. Não havendo número legal, o senhor presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelo senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária